

# Índice único corrigirá salário e capital em janeiro

Brasília — A partir de 1º de janeiro, os salários e todos os demais ativos da economia serão reajustados pelo mesmo índice. A medida consta do pacote econômico a ser anunciado hoje pelo presidente José Sarney e foi antecipada ontem pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

O índice único ou Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) — que substituirá o INPC, no reajuste dos salários, e a correção monetária, na atualização do valor dos ativos financeiros — e o INPC ampliado, já calculado pelo IBGE. A adoção do índice único está sujeita, ainda, à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional.

Na interpretação do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Edmar Bacha, a correção monetária do mês de dezembro já deverá ser fixada com base na variação do IPCA de novembro. Por isso, o IBGE vai divulgar esse índice no dia 29 deste mês. Já o INPC de novembro (mensal e semestral) será divulgado apenas no dia 5 de dezembro, por ser um "índice morto", que não será aplicado nem em salários nem nos rendimentos de capital.

Como explicou Bacha, a correção dos salários em dezembro será feita com base no INPC semestral até outubro. Somente em janeiro, os salários também passarão a ser corrigidos pelo IPCA.

Segundo o ministro da Fazenda, o novo índice é fruto de uma pesquisa mais ampla e reflete melhor a realidade nacional do que o Índice Geral de Preços (IGP), calculado pela Fundação Getúlio Vargas. O INPC ampliado é calculado pelo IBGE com base em 35 mil entrevistas nas regiões metropolitanas e reflete o consumo de uma família com renda de até 30 salários-mínimos (atualmente, Cr\$ 18 milhões mensais). O INPC mede o consumo de uma família com renda até cinco salários-mínimos (atualmente, Cr\$ 3 milhões), e o IGP inclui índices meramente locais, como o custo de vida na cidade do Rio de Janeiro.

O ministro Dilson Funaro disse ainda que a unificação dos índices é uma questão de justiça para os trabalhadores.

Funaro criticou a metodologia utilizada pela FGV no cálculo da inflação, apontando como exemplo o caso do preço do milho no atacado. Há 21 dias, relatou, o governo vem colocando nos leilões o equivalente a 70% do consumo nacional de milho, com a consequente queda dos preços em relação ao mercado. O cálculo da inflação, porém, leva em conta os preços de mercado e não os preços dos leilões. Por isso a ação do governo no combate à especulação não se refletirá no índice de inflação de novembro.